

LAZER E PANDEMIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Recebido em: 10/08/2020

Aprovado em: 10/12/2020

Licença: 

*Isabela Veloso Lopes Versiani*¹
Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)
Montes Claros – MG – Brasil

RESUMO: A crise instaurada pela pandemia de coronavírus expõe outras tantas crises e desigualdades em nossa sociedade, que são agravadas pelo modelo de desenvolvimento hegemônico pautado no neoliberalismo. A partir do diálogo com diferentes autores, este ensaio propõe reflexões sobre a temática “Lazer e Pandemia” em articulação com o campo do desenvolvimento e seus desdobramentos no contexto social. Apresenta, como alternativa ao modelo vigente, a aproximação com novas racionalidades e subjetividades que têm no princípio do “comum” um horizonte de potencialidades para a ação e superação dos muitos desafios pela frente. Tais reflexões podem contribuir para pensarmos novos caminhos para e pelo lazer no cotidiano, especialmente quanto ao seu entendimento como uma necessidade fundamental, ao seu potencial político e as suas possibilidades em direção a uma maior emancipação humana.

PALAVRAS-CHAVE: Atividades de lazer. Pandemia. Mudança Social.

LEISURE AND PANDEMIC: CHALLENGES AND PERSPECTIVES BASED ON SOCIAL DEVELOPMENT

ABSTRACT: The crisis brought by the coronavirus pandemic exposes many other crises and inequalities in our society, which are aggravated by the hegemonic development model based on neoliberalism. In a dialogue with different authors, this essay proposes reflections on the theme “Leisure and Pandemic” in conjunction with the field of development and its consequences in the social context. It presents, as an alternative to the current model, the approximation with new rationalities and subjectivities that have in the principle of the "common" a horizon of potentialities for action and overcoming the many challenges ahead. Such reflections can contribute to thinking about new ways for and through leisure in everyday life, especially regarding its understanding as a fundamental need, its political potential and its possibilities towards a greater human emancipation.

KEYWORDS: Leisure Activities. Pandemic. Social Change.

¹ Mestre e Doutoranda em Desenvolvimento Social pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS), da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES/MG. Professora do Departamento de Educação Física e do Desporto - UNIMONTES/MG.

Introdução

Como mais uma das muitas crises pelas quais a Humanidade têm passado nesse início de século XXI, sejam elas relacionadas agravamento dos problemas ambientais e das desigualdades sociais em escala planetária, guerras civis e migrações em massa de refugiados, guerras comerciais, irrupção de novas zoonoses sanitárias de tempos em tempos (SARS-Cov de 2002, gripe aviária, suína, surto de ebola etc.) entre outras, fato é que a pandemia pelo novo coronavírus está entre nós e se coloca como uma das piores crises já vistas nos últimos tempos.

Globalmente disseminada, porém, com desdobramentos e impactos diferenciados a depender de condicionantes socioeconômicos, políticos, culturais, regionais, de classe, de raça, de gênero, de acesso a direitos sociais, e muitos outros, as discussões sobre as consequências e impactos da pandemia de coronavírus sintetizam os efeitos somados de um contexto de crises recorrentes que vem se agravando, sobretudo, nos últimos quarenta anos. Para Boaventura de Souza Santos (2020, p.45):

A atual pandemia não é uma situação de crise claramente contraposta a uma situação de normalidade. Desde a década de 1980 – à medida que o neoliberalismo se foi impondo como a versão dominante do capitalismo e este se foi sujeitando mais e mais à lógica do setor financeiro – o mundo tem vivido em permanente estado de crise (SANTOS, 2020, p.45).

A necessidade de respostas e as propostas para essa confluência sucessória de crises têm perpetuado a busca de soluções pautadas em uma suposta lógica racional para manutenção do modelo de desenvolvimento dominado pela esfera econômica, e do capitalismo financeiro em sua versão mais recente, mas que, na verdade, tem se mostrado irracional em várias outras dimensões, principalmente nos campos ambiental e social, com a crescente degradação da natureza e acirramento das desigualdades sociais.

Na “suposta” contradição entre crise e normalidade resgatam-se, com certa urgência, expressões utilizadas em outros contextos de crise, como a do “novo normal”, termo cunhado pelo economista americano Mohamed El-Erian, uma das principais vozes

do mercado financeiro global e assessor econômico de uma grande gestora de investimentos², para indicar caminhos ao mercado diante da crise mundial de 2008, ocasionada pela implosão da bolha imobiliária norte-americana e falência de vários bancos, que priorizou no pacote de recuperação uma economia ainda mais competitiva, com redução dos gastos de custeio e consequente precarização das relações de trabalho, ajustes de gastos públicos e políticas de austeridade, entre outras medidas.

Na pandemia de coronavírus, o uso dessa expressão para quase tudo sintetiza bem a busca imediata por certa segurança e previsibilidade rumo a retomada da “normalidade” a partir das adaptações necessárias para seguirmos em frente, e aí subentende-se para a “economia seguir em frente”, o qual, apesar das dificuldades colocadas para o mercado e para nossa vida cotidiana, sigamos priorizando o “socorro” a um modelo econômico que se contamina por si só e se dissemina de forma incontrolável para a degradação do meio ambiente e da vida social, especialmente de grupos mais vulneráveis e, também, em países com economias mais frágeis e dependentes.

Parece que pouco temos aprendido com as sucessivas crises do capitalismo, em especial, com a de 2008. Passados os ajustes “definidos” como necessários na confluência entre economia e política para a retomada do crescimento acima de tudo, a realidade posterior contribuiu ainda mais para a aceleração dos processos degradantes em curso, no qual os custos foram, majoritariamente, repassados à classe trabalhadora.

No contexto mais recente, embora seja uma “expressão da moda” e até um tanto quanto sedutora, um canto de sereia em meio ao caos instaurado pela pandemia, a busca por um “novo normal”, como parte do pacote temporário das soluções, dá abertura a problematizações urgentes para refletirmos sobre a nossa sociedade pautada pelo

² Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,prepare-se-para-o-novoanormal70003310868>. Acesso em: 01 ago. 2020.

capitalismo neoliberal, cada vez mais fictício, sobretudo em termos de velhas e novas desigualdades cotidianas que têm sido produzidas, no Brasil em especial.

Nesse sentido, talvez devêssemos antes de instituir o “novo normal” como parte da solução, nos perguntar: esse “novo normal” é para quem? Será que todos temos as mesmas condições de vivenciá-lo da mesma forma? Por exemplo: de ter a segurança de um trabalho estável e bem-remunerado para ser feito agora em “*home-office*”; ou do contrário, da necessidade imediata de arriscar-se na rua e no transporte público lotado, da precarização e insegurança diária da informalidade, dos vendedores ambulantes às pedaladas dos aplicativos digitais e “*uberização*” das relações de trabalho; do “ficar em casa” e isolar-se em uma moradia com mínimas condições de conforto e acesso à saneamento básico; dos conteúdos da escola por meio de aulas online possibilitadas por conexão “ultra, mega, super” banda larga e equipamentos específicos; ou de não ir à escola e não ter acesso à refeição mais nutritiva do dia para muitos; de ter um plano de saúde privado para garantir atendimento e internação caso seja necessário, ou de depender de um sistema público de saúde em processo de desmantelamento e teto de gastos, dentre muitos outros.

Será que já tínhamos condições de vida “normal” para muitos setores da população brasileira, para que agora todos pudéssemos ser promovidos, de repente, ao privilégio de termos um “novo normal”? Ou será que em um país com tantas desigualdades, não são muitos os que vivem em um contexto de subnormalidade, que já não tinham nem as condições mínimas da normalidade, que dirá da “nova normalidade”? E como proceder diante desse cenário?

Apenas instituir um “novo normal” pode ser uma resposta muito simplista para enfrentar a tendência de agravamento de problemas sociais estruturais, que já estavam em curso, como o desemprego e a pobreza; a precarização de serviços públicos em geral, que

agora precisam se adequar à circulação do vírus por um bom tempo entre nós; a desigualdade de acesso a direitos, da garantia de uma renda mínima básica e de condições de moradia dignas, mas também de acesso ao lazer, cada vez mais entendido como mercadoria, principalmente se considerarmos a falta de opções que não reproduzem a lógica da indústria cultural, aliás, uma das mais afetadas pela pandemia, além da falta de espaços públicos abertos de qualidade e bem distribuídos pelas cidades, especialmente nas regiões mais periféricas, como exemplos.

Assim, refletir sobre o contexto atual da pandemia pressupõe, também, dialogar com uma série de apontamentos anteriores que já se colocavam em diferentes espaços de debate. Para Ricardo Antunes (2020, p. 185, grifo do autor):

[...] é importante destacar que essa tragédia social não é *causada* pelo coronavírus, ainda que seja *amplificada exponencialmente* pela pandemia. Isto porque a tragédia social antecede a atual situação pandêmica. Estamos, portanto, à beira de um colapso social profundo, sendo o capitalismo, em sua variante ultraneoliberal, ainda mais corrosivo.

Diante da encruzilhada que se coloca a nossa frente, estamos cercados por duas pandemias: a nem tão desconhecida assim, a partir da sucessão de outras epidemias virais nas últimas duas décadas, porém com consequências imprevisíveis em um contexto cada vez mais neoliberal e globalizado, ocasionada pelo coronavírus; e a “nova pandemia do capital” (ANTUNES, 2020, p. 182), que já dava sinais de desgaste com desdobramentos ambientais e sociais amplamente conhecidos, que tendem a se agravar. Como expõem Dardot e Laval (2020, *online*):

O que a pandemia está testando é a capacidade das organizações políticas e econômicas de lidar com um problema global vinculado à interdependência dos indivíduos, ou seja, algo que afeta a vida social de todos de uma forma básica. Como uma distopia que se torna realidade, o que estamos experimentando agora revela aquilo que, com as mudanças climáticas em curso, aguarda a humanidade em poucas décadas se a estrutura econômica e política do mundo não mudar muito rápida e radicalmente.

O caminho que iremos seguir daqui para frente depende, fundamentalmente, de um questionamento central: quais princípios iremos priorizar para o nosso “desenvolvimento” em termos civilizatórios? Com desdobramentos específicos para a

área econômica, ambiental, cultural e, no caso mais específico do diálogo aqui proposto, com a área política e social, dependendo da resposta que é dada a essa pergunta, nós teremos um maior ou menor papel do Estado e de investimentos em direitos sociais e, conseqüentemente, uma maior ou menor distribuição de riqueza e de justiça social, de melhores ou piores condições de trabalho, de moradia digna, de saneamento básico, de serviços públicos de qualidade como de Educação, de Saúde, de Transporte, de Cultura, de Lazer, entre outros.

Assim, este ensaio busca, em um primeiro momento, tecer algumas considerações breves sobre a temática “Pandemia e Lazer” na articulação com o campo do desenvolvimento de forma mais geral e de seus desdobramentos no contexto social, porque muitos dos “velhos problemas” com os quais estamos lidando agora advêm das escolhas que foram feitas nesse âmbito, sobretudo da imposição do modelo neoliberal vigente, que reafirma e agrava muitas das contradições do sistema capitalista.

Na seqüência, abre-se para um horizonte de possibilidades e potencialidades nesses “novos contextos” e cenários, que tem na aproximação com o princípio do “comum”, um marco teórico e da práxis para uma alternativa política ao neoliberalismo. Refletir nessa direção se faz ainda mais necessário ante o desafio de reconstrução das relações de produção e reprodução social no pós-pandemia em seus mais diversos aspectos, inclusive nos relacionados ao lazer.

A partir desse último aspecto, propõe-se algumas reflexões específicas para a compreensão do lazer no diálogo e abertura a essas possibilidades. Se antes da pandemia, o campo do lazer já vinha sendo tensionado, com a sobreposição do lazer na forma mercadoria a todas as outras possíveis, inclusive de sua garantia como uma necessidade humana e como um direito social, o contexto atual acelera o debate em curso no sentido de pensarmos outros caminhos para o lazer em direção a um maior desenvolvimento

social e emancipação humana, na qual a crise instaurada pela pandemia, bem como as futuras respostas aos muitos desafios pela frente, também possam contribuir para ampliar e fortalecer novas subjetividades e racionalidades para e pelo lazer em nosso cotidiano.

“Velhos Problemas” como Reflexos das Escolhas no Campo do Desenvolvimento e os “Novos Contextos” da Pandemia

Como evidenciado na introdução, a crise sanitária mundial instaurada pela pandemia de coronavírus é uma crise que vai muito além da esfera da saúde, sendo fundamental nos conscientizarmos que essa crise expõe, de forma tão exponencial quanto o contágio, outras tantas crises e desigualdades econômicas, culturais, regionais, sociais de classe, de raça, de gênero, de acesso a direitos, entre outras, desigualdades que já estavam presentes há muito tempo no nosso dia a dia mas que vinham sendo invisibilizadas pelo domínio do mercado e até naturalizadas, com certa passividade, pelo conjunto da sociedade, apesar das resistências e diferentes lutas sociais que emergem das brechas e fissuras do nosso cotidiano.

Em essência, todas essas crises vão expor as deficiências do modelo de desenvolvimento predominante, que é pautado pela hegemonia do capital e preservação da economia, do consumo e do individualismo acima de tudo, como princípios diretivos para o desenvolvimento mundial, mas que não tem conseguido incluir todos nesse processo, no qual muitas pessoas têm ficado à sua margem.

Para Harvey (2020, *online*), “os impactos econômicos e demográficos da propagação do vírus dependem de fendas e vulnerabilidades preexistentes no modelo econômico hegemônico”, sendo que “o progresso do COVID-19 exhibe todas as características de uma pandemia de classe, de gênero e de raça”, apesar da retórica “estamos todos juntos nisso”.

Diante de mais essa “crise global”, que não é a primeira e nem será a última, nós, enquanto Humanidade, temos falhado continuamente. E no Brasil, essa crise foi sentida de maneira muito forte, por sermos um país de economia dependente e um dos mais desiguais do mundo, com muitas carências e necessidades de garantia mínima para uma vida digna a muitas frações da população, além dos muitos desentendimentos no campo político.

Tal cenário nos faz questionar a partir da “crise”: Quais serão os valores que levaremos para definir e pressionar o que é realmente importante e que terá efeito para melhoria da nossa vida cotidiana no pós-pandemia? Qual será a nossa posição e mobilização enquanto sociedade? E quais serão as respostas do Estado, em termos de instâncias políticas mais amplas, aquelas que detêm o poder das decisões e das respostas às pressões da sociedade em termos de investimento social e prioridades em políticas públicas rumo, quem sabe, a outro Brasil mais justo e com condições dignas de vida para toda a população?

Tais questionamentos têm relação direta com o campo do desenvolvimento, entendido enquanto um conceito do pensamento moderno e uma construção social que tem sido objeto de apropriação, desejo e imposição, principalmente por meio de modelos econômicos ocidentais, e das escolhas realizadas, com a conseqüente crise da nossa própria civilização dominada e subjugada aos desígnios de um capitalismo predatório, que tem se agravado com o passar das décadas.

Contrariando e expondo a falácia que nos foi imposta, especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial, de que o crescimento econômico por si só - por meio da expansão capitalista da produção e do consumo - seria suficiente para conduzir processos mais amplos de redistribuição de renda, redução de desigualdades e melhoria das condições de vida da população como conseqüências diretas e naturais inerentes aos

“superpoderes” desse modelo de desenvolvimento, o que se verifica é que tais avanços e conquistas não se efetivaram em mesmo grau em muitos países e para a totalidade de suas populações, como no caso do Brasil e demais países da América Latina em sua maioria, mas também em outras partes do mundo.

Apesar do reconhecimento de alguns avanços dessa perspectiva nos países que conseguiram alinhar esse discurso com a implementação no campo político do Estado de Bem-Estar Social, em alguns mais do que em outros, sobretudo da Europa durante os anos gloriosos do capitalismo de pleno emprego do Pós-Guerra, fato é que esse modelo econômico não prescindiu do papel interventor do Estado para ajudar a reerguê-los e reestruturar a vida das populações com a garantia de acesso a amplos direitos sociais e políticas públicas bem estruturadas.

A estagnação econômica aliada às críticas por parte do mercado capitalista à estrutura e papel do Estado garantidor de direitos sociais, ao longo da década de 1980, fundamentaram a premissa de insustentabilidade do modelo de Bem-Estar do ponto de vista econômico e seu alto custo, devendo ser substituído pelo Estado neoliberal, o que resultou na formulação das diretrizes do Consenso de Washington em 1989³ como regra, colocando fim a esse período e elegendo a versão neoliberal como único caminho possível de desenvolvimento a ser seguido pelos demais países para retomada do crescimento.

Imposto com primazia à América Latina e aos países ditos “subdesenvolvidos”, de economia dependente do capital externo e com altas dívidas públicas reguladas por agências multilaterais (a exemplo do Fundo Monetário Internacional – FMI e Banco

³ De acordo com Diniz (2001, p.35-36), o Consenso de Washington instaurou uma nova agenda pública, com uniformização de agendas nacionais, implicando em um conjunto de prioridades necessárias para se recuperar a rota de desenvolvimento prevista no receituário do mercado a saber: “estabilização econômica, disciplina fiscal, controle do gasto público, com redução do escopo dos programas sociais, liberalização comercial e financeira, crescente abertura da economia (comercial e financeira), privatização das empresas estatais e regulamentação”, que tiveram como consequência radical no plano político “a primazia da ideia da ineficiência do Estado, crescentemente percebido como fonte de irracionalidades, desperdício, corrupção e distorções de toda ordem”.

Mundial), tal receituário tem nos levado à redução de conquistas em termos de direitos e de qualidade de vida outrora em ascensão, bem como a uma completa reformulação do papel do Estado e, conseqüentemente, autonomização da esfera econômica em detrimento da esfera política, social e cultural.

Para Harvey (2008), enquanto uma teoria das práticas político-econômicas, o neoliberalismo propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido se atrelado às liberdades e capacidades empreendedoras individuais – baseadas na propriedade privada, nos livres mercados e livre comércio, em que o papel do Estado em relação a economia é mínimo, colocando-se como o principal motor de “destruição criativa”, principalmente de outros modos de vida e de pensamento, de atividades reprodutivas, de ligação à terra, entre outros, na medida em que estabelece como ética para guiar toda ação humana o domínio do mercado.

Em essência, o modelo neoliberal preconiza que para haver maior desenvolvimento econômico, o papel do Estado tem que ser mínimo, ou seja, deve cortar despesas “desnecessárias” ao máximo e reduzir a provisão de serviços públicos, entre outras ações, passando para a dimensão do mercado toda a centralidade do processo para o crescimento, com conseqüente redistribuição de renda e melhoria das condições de vida da população reguladas por suas leis.

Seria retornar à velha máxima de “deixar o bolo crescer, para depois repartir”. Mas acontece que, depois de três décadas de modelo neoliberal explicitamente instituído, o bolo nunca foi repartido, aliás, há cada vez maior concentração dos poucos que têm acesso ao mesmo, com aumento de desigualdades, endividamento da população em geral e confluência entre Estado e mercado em um hibridismo jamais visto.

Esse modelo político-econômico de desenvolvimento neoliberal também vai ter impactos diretos no âmbito urbano, epicentro da acumulação e da concentração industrial,

de investimentos financeiros, de serviços e de produção capitalista, inclusive tendo o espaço como uma de suas principais mercadorias, além da expansão da racionalidade de consumo para a esfera da reprodução das relações sociais cotidianas, com desdobramentos desastrosos a uma multidão de pessoas em escala planetária, especialmente das periferias urbanas das grandes metrópoles. Importante ressaltar também que esse modelo se estende e subjuga povos e comunidades tradicionais em seus territórios no meio rural, sem falar nas suas graves consequências para o meio ambiente, já amplamente evidenciadas, em todas as partes do mundo.

Mais detidamente ao campo dos direitos sociais, dentro desse modelo neoliberal tudo é passível de se tornar mercadoria. Nesse sentido, se estes podem se tornar mercadorias altamente lucrativas para a esfera do mercado, por que o Estado deveria investir em serviços públicos nesses setores? De forma bem simplista: uma vez que o crescimento econômico vigoroso gera empregos e distribui renda para todos, as pessoas teriam plenas condições de consumir esses novos produtos, como os relacionados à educação, à moradia, à saúde, ao transporte, ao lazer, e por aí na sequência, por meio da regulação eficiente do mercado.

Essa corrente tem sido majoritariamente implementada pelos países, na qual, gradativamente, há um esvaziamento das políticas e serviços públicos de forma geral e substituição desses por parcerias público-privadas, ou oferta privada exclusiva mesmo, o que fragiliza a garantia de direitos sociais constitucionalmente assegurados a todos, ficando restrita apenas àquelas pessoas que têm condições de consumi-los na forma mercadoria, inclusive na área do lazer⁴.

⁴ Essa já era a tendência do quadro das políticas públicas de esporte e lazer no contexto brasileiro, por exemplo, o que foi agravado com a perda de centralidade do Ministério do Esporte e de seu status de Ministério (bem como de independência orçamentária e institucional), virando uma Secretaria Especial do Ministério da Cidadania, o que acarretou em certa desmobilização de uma Política Nacional de Esporte e Lazer que vinha sendo construída com ampla discussão, ações em rede e de programas de base para seu desenvolvimento, a exemplo do Programa Esporte e Lazer na cidade.

É interessante notar que mesmo que os debates sobre o desenvolvimento tenham sofrido críticas e passado por algumas adjetivações nas últimas décadas, na tentativa de escamotear um pouco a sobreposição do economicismo em sua essência e eficiência para o capital, a exemplo do desenvolvimento humano, endógeno, local, integrado, sustentável (para o capital, diga-se de passagem, a partir da legitimação do “crescimento verde” e não do “decrecimento”), entre muitos outros, fato é que nesses discursos todos a dimensão social do desenvolvimento, mais próxima de questões que envolvem as iniquidades de gênero, raça/etnia, renda, emprego, acesso universal a direitos, bens e serviços, e, no âmbito urbano, mais precisamente ao “direito à cidade”, não se materializou.

Aliás, há um distanciamento ainda maior na relação com o “direito à cidade”, aqui referenciado não ao conceito cooptado pelo discurso das políticas públicas distantes da cotidianidade, muito menos pelo mercado e da sobreposição do valor de troca na produção da cidade para todos aqueles que puderem consumi-la, mas de sua acepção no sentido desenvolvido por Lefebvre (1968), que congrega o direito à vida urbana, condição de um humanismo e democracia renovados na direção de uma sociedade urbana como obra e condição para a verdadeira emancipação.

Nenhuma dessas “reformulações” e novas adjetivações no campo do desenvolvimento foram suficientes para implementar, de fato, mudanças e transformações nas esferas política e social tão necessárias. Pelo contrário, o que fica cada vez mais explícito ao acompanharmos diariamente as informações e dados sobre a pandemia no Brasil, por exemplo, além do número elevado de vítimas, é o reconhecimento das pressões do mercado para sustentação desse modelo neoliberal, as contradições do papel e das respostas do Estado, e o “distanciamento social”, não entre as pessoas, mas em relação ao cotidiano sofrido de muitos setores da população do país, especialmente nas periferias urbanas.

Em termos de confluências entre respostas dos Estados e diminuição dos impactos sociais diante da crise de saúde da pandemia do coronavírus e seus desdobramentos, torna-se evidente que há diferentes graus de implementação das orientações neoliberais em cada país, conforme evidenciado por Otoni (2020, p. 179):

Independente da orientação política dos estados, a pandemia parece ser melhor respondida por países que preservaram um nível razoável de serviços públicos de caráter universal. Ou seja, a existência ativa do estado nas respostas às demandas da população determina o grau de eficácia observado no combate ao coronavírus, na maioria das situações. Um indicador que não está relacionado necessariamente a capacidade estritamente econômica de cada nação, mas ao compromisso social envolvido no arranjo institucional. Países que não chegaram a desmontar completamente o “estado de bem-estar social” edificado no pós-guerra, nações que mais recentemente se dedicaram a promoção de serviços públicos a população são, sem dúvidas, as menos afetadas. [...] Considerando a diversidade de experiências e situações de ordem política, econômica, cultural e tecnológica presentes nos escopos nacionais, o combate a pandemia deixará um legado menos traumático aos projetos nacionais que lograram incluir as demandas populares e justificar a existência do estado pelo serviço prestado a todos, e não a vantagem conferida a alguns.

Nessa direção, Dardot e Laval (2020), ao examinarem o papel do Estado Soberano e sua relação com os serviços públicos, chamam a atenção para a natureza “pública” desses serviços, a partir do entendimento de que o “público” é absolutamente irreduzível ao “Estado”, uma vez que referem-se a toda comunidade, unidade composta por todos os cidadãos, os quais recaem sobre o Estado como uma obrigação positiva para com os cidadãos. Para os mesmos autores:

Essa concepção de serviços públicos certamente foi reprimida pela ficção da soberania do Estado. No entanto, é ela que continua sendo ouvida na relação que os cidadãos têm com aquilo que consideram ser um direito fundamental. É que o direito dos cidadãos aos serviços públicos é a contrapartida estrita do dever desses serviços públicos, o qual cabe aos representantes do Estado (DARDOT; LAVAL, 2020, *online*).

Infelizmente, no neoliberalismo, tais “obrigações” do Estado e de seus representantes têm se descolado cada vez mais da realidade social e, no Brasil em plena pandemia⁵, chegamos ao que Saflate (2020, p. 228) define como “Estado Suicidário”, que

⁵ A partir do site do Ministério da Saúde, é com pesar que deixo registrado que na presente data, dia 08/08/2020, o Brasil ultrapassou mais de 100.000 mortes de Covid-19 e 3 milhões de casos confirmados. Informação disponível em: <http://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 08 ago. 2020.

seria um novo estágio nos modelos de gestão imanentes ao neoliberalismo, mas agora em sua face mais cruel, na qual o Estado age continuamente para sua própria catástrofe, uma “mistura da administração da morte de setores de sua própria população e do flerte contínuo e arriscado de sua própria destruição”, fundamentalmente em nome do bom funcionamento da economia e de uma lógica individualista e privatista de interesses e convicções. Apesar desse cenário, para o mesmo autor, alternativas existem, desde que seja possível implementar um novo corpo social e político.

Tais alternativas passam pela consolidação da solidariedade genérica que nos faz nos sentir em um sistema de mútua dependência e apoio, no qual minha vida depende da vida daqueles que sequer fazem parte do “meu grupo”, que estão no “meu lugar”, que tem as “minhas propriedades”. Esta solidariedade que se constrói nos momentos mais dramáticos lembra aos sujeitos que eles participam de um destino comum e devem se sustentar coletivamente (SAFLATE, 2020, p.232).

É dessa “solidariedade genérica” pela preservação de uma vida digna que se projetam lutas e resistências para que todos sejam inseridos nesse destino comum. Apesar do discurso neoliberal reafirmar que não há alternativa, além dele próprio, é justamente em busca de “alternativas ao desenvolvimento” que devemos caminhar, e não de “desenvolvimentos alternativos” e suas adjetivações, que não rompem com a sobreposição da dimensão econômica em sua essência, conforme esclarecido por críticos desses modelos e seus impactos, sobretudo de autores da América Latina vinculados à corrente do Pós-Desenvolvimento⁶, e da necessidade de novas epistemologias e racionalidades para nos conduzir a outros paradigmas civilizatórios além da hegemonia capitalista.

⁶ Alguns autores de referência nessa discussão são Arturo Escobar, (1995); Gustavo Esteva, (2000); Eduardo Gudynas, (2014); Alberto Acosta, (2014), entre outros, na qual o Pós-Desenvolvimento sintetiza um movimento de desconstrução do discurso sobre o desenvolvimento e da própria modernidade em diferentes aspectos. Para Gudynas (2014), esse movimento denuncia, a partir de uma crítica radical ao atual estado das relações de poder, dominação e exploração na América Latina, que as promessas de bem-estar e desenvolvimento convencional não passaram de simples ilusões, resultando em um balanço negativo de sua aplicação e de suas bases conceituais, expressões práticas, instituições e formas de legitimação.

A partir da incorporação de outros paradigmas, no qual ganham legitimidade lógicas de vida de comunidades e princípios éticos que diferem do que até então se tenta reafirmar como único modelo civilizatório possível nos moldes ocidental e capitalista, reconhecemos que muitas alternativas estão presentes em nosso meio e têm ganhado cada vez mais espaço, sendo uma dessas experiências a proposta do Bem-Viver (*Buen Vivir*), que propõe reflexões, conhecimentos, sensibilidades e práticas sobre o que se considera uma “boa vida” a partir da filosofia dos povos indígenas, com desdobramentos não só no meio acadêmico, mas com conquistas também no campo político e jurídico de países como Bolívia e Equador⁷.

Tais caminhos alternativos na direção da realização do Bem-Viver, e de outras experiências, têm levado construções teóricas e práticas da América Latina a integrar, com reconhecida legitimidade, outros discursos, movimento se práticas em diferentes lugares do mundo, que, em essência, buscam na ideia do “comum”, em oposição direta à sobreposição do mercado e da dimensão privada, o princípio convergente para o processo de abertura a outras configurações possíveis, tão urgentes e necessárias no momento presente.

Ter o “comum” como princípio retoma diferentes influências no campo teórico, perpassando o debate travado na economia liberal institucional entre a “Tragédia dos Comuns” proclamada por Garret Hardin (1968) e a resposta da garantia de sua eficiência dada por Elinor Ostrom (1990) em “Governing the Commons”; ao retorno, em uma perspectiva mais crítica, a pontos centrais da obra de Marx para fundamentar novas proposições, como a de Pierre Dardot e Christian Laval (2017), que se colocam em

⁷ Para aprofundamento, ver “O buen vivir na América Latina como possibilidade emancipatória nos discursos sobre desenvolvimento”, disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/87436>.

oposição direta ao neoliberalismo e veem na teoria do comum a possibilidade para uma nova racionalidade e mudanças de mentalidades e ações.

Especialmente nas duas últimas décadas, Dardot e Laval (2017, p. 16) destacam que as reivindicações pelo “comum” têm sido trazidas como alternativa ao neoliberalismo pelas lutas sociais e culturais contra a ordem capitalista e o Estado empresarial, no qual o “comum “torna-se um princípio efetivo para “formas originais de ação e discurso”, como nas reivindicações que aparecem nos movimentos altermundialistas e ecologistas de combate e resistência à dinâmica do capital e tendência de “ampliação da apropriação privada a todas as esferas da sociedade, da cultura e da vida”.

Nesse sentido, o princípio do comum define uma alternativa política à razão neoliberal, na medida em que extrapola a mera dicotomia do debate entre Estado e mercado, uma vez que o próprio Estado tem sido um dos maiores protagonistas do neoliberalismo, ao mesmo tempo em que também reconhece que as experiências socialistas até então colocadas em prática contribuíram para reforçar o papel centralizador do Estado, distanciando-o de uma democracia política (DARDOT; LAVAL, 2017).

Essa proposta dá abertura para a saída de uma dualidade estrita entre propriedade pública/ estatal e a propriedade individual, na qual o comum pode ser definido como um “público não-estatal”, tendo a garantia do acesso universal em todos os níveis através da participação direta dos usuários na administração dos serviços, não mais como consumidores, mas como cidadãos, que de fato participam lado a lado dos funcionários nas deliberações e decisões, transformando os serviços públicos em instituições do comum (DARDOT; LAVAL, 2016).

Nessa perspectiva, o entendimento dessa teoria do comum como princípio político, recupera duas questões centrais: o comum como alternativa ao neoliberalismo e, assim, ao capitalismo, e conseqüentemente, para além de uma ideologia ou receituário,

constitui-se em uma racionalidade para influenciar processos de mudança de subjetividades, valores e prioridades; e, nesse sentido, a dimensão política torna-se imprescindível, não só para tensionar o debate, mas para “ocupar” espaços e instâncias decisórias, de participação, reivindicação, lutas sociais e materialização de práticas anticapitalistas, possibilitando meios materiais e imateriais para maior emancipação humana, na qual diversas experiências práticas pelo mundo tem evidenciado não só essa possibilidade mas, de fato, a sua concretude. Para Dardot e Laval (2016, *online*):

O sentido revolucionário dos movimentos contemporâneos não está baseado no modo de ação que eles adotam, eleitoralmente ou de outra forma, e nem mesmo na pura consciência do objetivo final buscado. Em vez disso, tem a ver com transformar a resistência persistente e corajosa de amplos setores da sociedade às políticas de austeridade em vontade e capacidade de transformar as próprias relações políticas, em ir da representação à participação. Isso é o que significa unir a demanda do comum ao seu maior ponto de expressão.

Tais processos mostram-se no campo empírico por meio de diferentes experiências e resistências, como o movimento Zapatista no México, do Occupy Wall Street em Nova Iorque, da defesa pelo Parque Gezi em Istambul, apenas para citar alguns, que reafirmam lutas coletivas e formas democráticas novas em direção a uma inversão política radical por meio de diversos ativismos e envolvimento comunitários em todo mundo, no campo e na cidade, no Sul e no Norte, no centro e na periferia.

No contexto do sul global, tais discussões legitimam ainda mais as muitas outras lutas em curso: da luta pela terra, da propriedade como um comum e das práticas de fazer-comum em cooperativas diversas, fábricas abandonadas, comunidades rurais e tradicionais, nas favelas, ocupações e periferias, bem como em outros espaços da cidade, como na apropriação de espaços públicos, hortas comunitárias urbanas, espaços culturais, e outros.

E o contexto da pandemia tem evidenciado ainda mais esses processos, mostrando não só a existência de diversas formas de práticas coletivas de fazer-comum para suprir necessidades imediatas de informação, conscientização, doações, kits de higiene e redes

amplas de solidariedade na urgência e emergência da vida diária de quem vive à margem desse modelo de desenvolvimento neoliberal, mas também tem demonstrado toda a sua potência, no sentido, como colocado por Stavros Stavrides (2020, *online*) em recente artigo:

É no contexto da crise da pandemia que convergem os esforços de sobrevivência coletiva, as potencialidades de cooperação (profundamente enraizadas no cotidiano dos que trabalham) e as aspirações por uma sociedade justa. Não porque ideologias anticapitalistas subitamente se tornaram triunfantes, nem porque a consciência da exploração se desenvolve entre os explorados devido a atos ativistas exemplares. Mas possivelmente porque muitas pessoas são forçadas a perceber que, se não tomam a vida em suas mãos, devem ser descartáveis. É esse entendimento baseado na experiência que abre mentes e corações para a esperança de um futuro diferente⁸.

Tais práticas reafirmam, por meio da autogestão e da auto-organização para a sobrevivência, o desafio e a potência do princípio do comum no cotidiano. Mas só a auto-organização desvinculada de um processo político mais amplo pode ser insuficiente para fazer a racionalidade do comum avançar. Ela emerge no contexto de necessidade e de crise, mas é necessário que, cada vez mais, ela possa subsidiar novos enfrentamentos e alternativas nas diferentes instâncias de disputa e poder. Essa constatação irrompe um novo papel tanto para o Estado quanto para a política, que não pode prescindir da participação direta de toda a sociedade.

Na leitura de Álvaro Ferreira (2019) sobre a perspectiva de uma “verdadeira democracia” a partir de Marx, a democracia não pode ser confundida como uma forma de Estado, mas para além dele – um princípio político que tem na comunidade a sua forma organizada por processos de autodeterminação, autogestão, autogoverno, autonomia e emancipação como fundamentais, no qual o movimento de fortalecimento da sociedade

⁸ “It is in the context of the pandemic crisis that collective survival efforts, cooperation potentialities (deeply embedded in the everydayness of those who work) and aspirations for a just society converge. Not because anti-capitalist ideologies suddenly became triumphant, neither because consciousness of exploitation develops among those exploited due to exemplary activist acts. But possibly because many people are forced to realize that if they don’t take their lives in their hands they are meant to be expendable. It is this experience-based understanding that opens minds and hearts to the hope of a different future” (STAVRIDES, 2020, *online*).

civil, por meio da desalienação progressiva da sociedade e do crescimento sistemático da participação na definição e gestão de políticas públicas, conduziria ao desvanecimento do Estado até resultar em outra forma de organização política, o comunismo.

Nesse ponto, talvez seja importante ressaltar não os diversos mal-entendidos que cercam o significado do comunismo construído ao longo da nossa história, mas a sua essência, que conduz a processos emancipatórios em termos de exploração e dominação, na qual a participação popular direta e a ação coletiva são fundamentais. Assim, a teoria do comum como um “ensaio sobre a revolução do Século XXI”, a partir da sugestão do próprio título do livro de Dardot e Laval (2017), pode ter muito a contribuir para novos ideais e rumos se materializarem por meio de uma ação renovada já em curso.

Ainda para Dardot e Laval (2020, *online*), a partir dessa provação pela qual estamos passando com a pandemia de coronavírus, “algo mudou, o que significa que nada poderá ser como antes”. Com destaque tanto para o lugar dos serviços públicos como instituições comuns capazes de fazer existir uma solidariedade vital entre os seres humanos, bem como para a necessidade política mais urgente da humanidade em instituir os “*comuns mundiais*”, os autores complementam:

Como os principais riscos são globais, a ajuda mútua deve ser global, as políticas devem ser coordenadas, os meios e o conhecimento devem ser compartilhados, a cooperação deve ser a regra absoluta. Saúde, clima, economia, educação, cultura não devem mais ser considerados propriedade privada ou propriedade estatal: devem ser considerados bens comuns globais e instituídos politicamente como tais. Uma coisa é certa agora: a salvação não virá de cima. Somente insurreições, levantes e coalizões transnacionais de cidadãos podem impor isso aos Estados e ao capital (DARDOT; LAVAL, 2020, *online*).

É na potência desse movimento e processo, teoria e prática, reflexão e ação em meio ao comum como um princípio político para “fazer” outra sociedade possível, que se ascende à esperança de que há possibilidades de superação desses “velhos problemas” para a formação a partir desses “novos contextos”, de novos enredos, utopismos e materializações pautados pela cooperação, solidariedade, justiça social, igualdade,

participação política, pressões e negociações, compartilhamento de responsabilidades e efetivação de direitos para a construção de uma vida “em comum” e em direção à emancipação.

Mas em que medida essas questões se aproximam do campo do lazer? Quais valores e entendimentos são necessários reafirmar para viabilizar essas mudanças de racionalidades e subjetividades também por meio do lazer? Quais perspectivas se abrem e qual a importância desses novos paradigmas para outro lazer possível? Se muitos são os desafios, também são muitas as possibilidades.

Desafios e Possibilidades para o Lazer no Pós-Pandemia

As medidas de distanciamento social para contenção do contágio de coronavírus têm ressignificado diversas dimensões da vida social com impactos e desdobramentos ainda por serem desvelados. Diante das incertezas que se colocam a nossa frente no cenário da Covid-19, o campo do lazer tem sido impactado de diferentes formas, uma vez que tanto suas vivências quanto espaços têm sido mediados por novas formas de interação, com a exposição de desigualdades no seu acesso cada vez maiores, o que distancia ainda mais a sua vivência como um direito social em meio a tantas outras carências e urgências.

Esse cenário também tem resultado em um cotidiano ressignificado, fundamentalmente, pela mediação do espaço virtual e centralidade no espaço doméstico, das nossas casas e das diferentes casas existentes, como o principal espaço para quase todas as nossas vivências diárias e habituais, ressignificadas por adaptações e inovações em nossas práticas culturais (para aqueles que podem fazer o *home-office*, nos estudos, nas formas de aprender e ensinar, nas tarefas domésticas, nas sociabilidades com familiares, amigos, vizinhos, nas manifestações culturais populares e tradicionais, nas

atividades físicas e nos divertimentos, fruição do tempo livre, entre outras), o que tem transformado significativamente o nosso cotidiano vivido, que também é o lugar do lazer na nossa vida social.

Entender o lazer como parte do cotidiano vivido evidencia que os desdobramentos da pandemia, embora se concentrem nas dimensões da saúde e da economia em um momento mais imediato, bem como na necessidade de isolamento social, também irão se manifestar de forma presente e intensa nas práticas e experiências a ele relacionadas, do público ao privado, da indústria cultural à redescoberta de outros gostos e sentidos, do consumo da mercadoria à liberdade da criação e fruição, que no cenário atual pode nos levar a reflexões tanto no sentido de restrições a muitas práticas culturais de lazer, mas também na direção contrária, de abertura a múltiplas possibilidades e novas subjetividades, inclusive para ressignificação do próprio lazer, seus tempos e espaços. Como bem evidenciado por Cardoso (2020, p 253):

A crise do coronavírus e sua necessidade de quarentena, imposta, desta vez, pelas leis biológicas do grau e velocidade de contágio do vírus, nos oferece a oportunidade de ver o quanto nossas necessidades humanas são relativas. Nossa vida não se resume a necessidades alimentares, habitacionais e de saúde. Precisamos uns dos outros, de conviver em família e com nossos amigos, de eventos formais ou informais, festas, cerimônias etc. Mas em que medida e como fazemos tudo isso pode variar muito.

Nesse aspecto, a quarentena tem sido um tempo repleto de ensinamentos. Se no contexto neoliberal o lazer como desejo, realizado por meio de sua forma mercadoria, vinha assumindo o protagonismo em todas as suas dimensões, reconhecer sua importância como uma necessidade inerente ao ser humano, a partir de uma multiplicidade de sentidos e significados, talvez seja um dos principais “legados” para o campo do lazer no pós-pandemia.

Essas contradições já estavam presentes em muitos debates sobre o lazer a partir de múltiplos olhares e confluências para a denúncia de suas formas enquanto alienação, passividade, consumo, mercadoria, por um lado, e da necessidade de contraposição a essa

hegemonia, por outro, pautada em sua afirmação como fator de desenvolvimento pessoal e social, “necessidade humana”, “transformacional” e de emancipação⁹.

A aproximação do lazer à vertente mercadológica tem suplantado sua dimensão como um direito social, ainda mais no contexto de avanço do neoliberalismo, repleto de carências, desigualdades e exclusões, com a submissão do papel do Estado aos desígnios do mercado e restrição de seus investimentos em políticas públicas, já exploradas na seção anterior, o que compromete avanços significativos no campo social.

Por meio de um jogo de forças desigual, o mercado reafirma seu poder e sua dominação também no campo do lazer, impondo a lógica do capital e da apropriação privada hierarquizada por meio da mercadoria aos seus diversos conteúdos e interesses, contexto que fragiliza tanto a oferta de espaços públicos quanto de práticas que não incidam, necessariamente, em relações de compra e venda, investimento e retorno de capital etc., ratificado no marco teórico e relacional sua proximidade com a indústria cultural, a esfera do consumo, do turismo de massa, do espetáculo, e outras.

Porém, a pandemia, ao desestabilizar o neoliberalismo e a sobreposição da dimensão econômica a todas as outras, tem evidenciado as fragilidades e insustentabilidade de um modelo centrado no consumo como um fim em si mesmo e como principal motor da economia, no qual o lazer, entendido apenas como “mercolazer”¹⁰, também corre sério risco de entrar em colapso.

⁹ Em diferentes obras, muitos são os autores que tem contribuído para essas discussões como Walkíria Padilha, (2018); Fernando Mascarenhas, (2004, 2005, 2020); Nelson Carvalho Marcellino, (1987); Christianne Luce Gomes, (2008, 2014, 2019); Rodrigo Elizalde, (2010, 2012) entre outros.

¹⁰ Para Mascarenhas (2004, p.8), nessa perspectiva, “[...] os bens e serviços de lazer tornam-se acessíveis apenas para uma minoria, apresentando-se como um tipo muito específico de propriedade. Somente de posse desse ‘direito’, adquirido numa relação de compra e venda efetuada no mercado, nem sempre de modo direto, que o cidadão-consumidor, como ‘proprietário’, pode valer-se do direito ao consumo, usufruindo, desfrutando, fruindo ou gozando de um determinado complexo de experiências lúdicas proporcionadas por aquilo que doravante convencionaremos chamar por ‘mercolazer’, forma contemporânea e tendencial de manifestação do lazer como mercadoria”.

De acordo com Mascarenhas (2020), a pandemia no Brasil reafirmou a centralidade do trabalho como plataforma de organização da vida social e a prevalência do interesse econômico junto às necessidades do capital, sobrepujando as necessidades humanas, ao mesmo tempo em que, ao dar prioridade no discurso à economia, deparou-se com os percentuais de isolamento social e seu grande impacto na esfera do consumo, atingindo em cheio a lógica do consumismo e suas diversas formas, do desnecessário ao luxo, no qual a cultura hedonística e a responsabilização dos indivíduos na busca por suas próprias condições de bem-estar a partir da compra de serviços (como nos *shopping centers*, restaurantes, viagens e shows) foram drasticamente reduzidas.

Como aponta Harvey (2020), isso se deve, fundamentalmente, ao fato de que 70 a 80% das economias capitalistas contemporâneas são motivadas pelo consumo, o que evidencia a inoperância desse modelo nas condições atuais decorrente da queda dos modos de consumismo que explodiram após 2008, baseados na redução do tempo de rotatividade do consumo e grande aporte de investimentos para absorção máxima de volumes de capital exponencialmente crescentes, a exemplo do turismo, em que as visitas internacionais aumentaram de US\$ 800 milhões para US\$ 1,4 bilhão entre 2010 e 2018. Porém, como constatado pelo mesmo autor:

Este local de acumulação de capital está agora morto: as companhias aéreas estão perto da falência, os hotéis estão vazios e o desemprego em massa nas indústrias hoteleira é iminente. Comer fora não é uma boa ideia e restaurantes e bares foram fechados em muitos lugares. Até a comida para viagem parece arriscada. O vasto exército de trabalhadores na economia de freelancers e autônomos ou em outras formas de trabalho precário estão sendo demitidos sem meios visíveis de apoio. Eventos como festivais culturais, torneios de futebol e basquete, shows, convenções profissionais e de negócios e até reuniões políticas em torno das eleições estão sendo cancelados. Essas formas de consumismo experiencial “baseadas em eventos” foram encerradas. As receitas dos governos locais foram afetadas. Universidades e escolas estão fechando (HARVEY, 2020, *online*).

Diante de uma crise sem precedentes para o neoliberalismo ao longo de seus quarenta anos, a receita já utilizada de expandir a retomada do consumismo em massa

pode ter um custo alto demais a sua própria sustentabilidade, além de não mais funcionar, uma vez que há indicativos de que as reflexões e movimentos que já estavam em curso de oposição a esse modelo, bem como aos seus fundamentos, princípios e formas de ação baseadas na exploração de classes, fragilização de acesso a direitos sociais e degradação da natureza, entre outras, podem ganhar ainda mais força no contexto de carências e urgências do pós-pandemia.

É também nessa direção que Mascarenhas (2020), ao apontar essa possível crise do lazer mercadoria (da indústria do lazer, dos eventos e do turismo), destaca que este seria o momento para se investir mais do que nunca no lazer como política, nas políticas de lazer como educação, estimulando e tornando mais robustas ações que pensavam na prática do lazer como um direito, a exemplo do Programa Esporte e Lazer na Cidade (PELC) e Pontos de Cultura.

Apesar de não ver no Brasil atual o incremento dessa política, resultando em um vácuo de ações desse tempo livre residual, duplamente impactado pela crise da indústria cultural e ausência do Estado sintonizada com o direito social, Mascarenhas (2020, *online*) ainda salienta ser importante, para ampliar as forças progressistas em uma sociedade democrática, não só a luta pelo Estado, mas também, “fazer avançar as políticas públicas que tenham nos debaixo o ponto de partida para sua formulação, aumentando em escala a oferta de serviços sociais de lazer que garantam suas possibilidades formadoras e emancipadoras”.

Ter a pauta social como dimensão central do desenvolvimento e como obrigação do Estado é imprescindível para a inclusão e melhoria das condições de vida da população, sobretudo daqueles que estão à margem. Porém, conforme evidenciado nas discussões sobre as “alternativas ao desenvolvimento”, para que mudanças de fato ocorram é preciso avançarmos em termos de novas racionalidades e subjetividades, como

a do Bem-Viver, e de outras possibilidades para a democratização da ação política, inclusive para as políticas de lazer e sua proximidade com os “debaixo”, apontada por Mascarenhas (2020), mas também dos diferentes movimentos e experiências que emergem como resistência e com novas formas de organização comunitária para ampliar processos de acesso a direitos que deveriam ser comuns a todos.

É nesse sentido também, que o lazer pode se aproximar dessas perspectivas e se colocar como um elemento de luta e resistência no cotidiano, abrindo-se para um campo de reafirmação de práticas culturais, sociais e políticas rumo a outras possibilidades. Como bem colocado por Gomes e Falcão (2019, p.12):

Nossos lazares podem tensionar regras de condutas e comportamentos sociais que procuram escamotear as mazelas sociais produzidas pela segregação e não distribuição igualitária, podem apontar direções para criação de políticas públicas que ampliem os acessos a esse direito social, evidenciam processos de ocupações de espaços públicos que se chocam com interesses mercadológicos, expõem situações em que as minorias sociais precisam transgredir para não serem silenciadas, etc.

Analisar e abordar as questões do lazer em estreita relação com a sociedade capitalista pressupõe compreender que o lazer no cotidiano também é permeado por diferentes relações e conjuntos de práticas fundamentais na reprodução social da vida. Em sentido mais amplo, participar efetivamente do lazer deve ser compreendido a partir de seu exercício como um direito, como forma de transformação social e de emancipação em oposição a uma “suposta” inclusão realizada pela via do consumo.

Pressupõe, ainda, que em suas práticas ocorra a supressão do modelo de consumo adotado pela sociedade contemporânea como única forma de exercício da cidadania e acesso aos bens e serviços disponíveis na sociedade. Já no campo político, firma-se a luta e a busca por uma maior democratização do lazer, sobretudo em sua dimensão contra-hegemônica e mais próxima da realização humana em toda sua plenitude, para que ele possa ser usufruído por todos e legitimado, de fato, como um direito social e como meio para conquista da liberdade.

Da ótica de seu potencial para superação de um lazer passivo e alienado, apreende-se a compreensão do lazer como prática social que também realiza o humano na reprodução da vida, que pode se colocar como meio, vivência e resistência a partir de suas relações e apropriações na esfera social, e também resgatar a dimensão política para outras sociabilidades possíveis. Tal entendimento abre-se para um novo campo ligado, fundamentalmente, a uma práxis renovada pelo sentido coletivo, solidário, da participação e da ação.

E na aproximação com a dimensão cultural, Gomes (2008, p. 4) ressalta a contribuição do viés antropológico, no sentido de compreender a cultura como produção humana e como dimensão simbólica, que transmite significados, símbolos e significações, na qual o lazer se coloca como criação humana em constante diálogo com as demais esferas da vida social na “trama histórico-social que caracteriza a vida em sociedade”.

Nesse movimento, autores latino-americanos têm buscado ressignificar e ampliar compreensões sobre lazer através de diálogos mais profundos e críticos com relação aos desafios sociais, políticos, históricos, econômicos, ambientais, entre outros, presentes em cada cultura e em cada sociedade, que no caso específico da América Latina, devem ser construídas com base nos saberes e práticas que têm sido desenvolvidas como alternativas concretas para superar as problemáticas existentes na região, destacando outros caminhos frente a um modelo único e universal de desenvolvimento (ELIZALDE; GOMES, 2012)¹¹.

¹¹ Destacamos os trabalhos produzidos no Grupo de Pesquisa OTIUM: Lazer, Brasil & América Latina, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e suas redes de colaboração por diferentes países latinoamericanos. Também, tal perspectiva dialoga com os estudos decoloniais, de Quijano (2007) e outros autores.

Na formulação de um novo conceito para o lazer a partir dessa perspectiva, Gomes (2014, p. 15) o compreende, então, como uma necessidade humana e dimensão da cultura, que se constitui na articulação de três elementos fundamentais: a ludicidade (inerente à condição humana, construída na interação do sujeito com a experiência vivida, expressão de significados, valorização estética e apropriação do processo vivido); as manifestações culturais (entendidas como práticas sociais vivenciadas no desfrute e fruição da cultura, com significados singulares para os sujeitos, grupos sociais, instituições e coletividades que as vivenciam histórica, social e culturalmente); e pelo tempo/espaço social (produto das relações sociais e da natureza do espaço, constituído por “aspectos objetivos, subjetivos, simbólicos, concretos e materiais, evidenciando conflitos, contradições e relações de poder”).

Ao enxergarmos no lazer e por meio dele um projeto de emancipação humana, aproximamos nosso pensamento do exposto por Mascarenhas (2005, p.161), no qual nesse projeto se confere uma funcionalidade interessada ao lazer, “uma função portadora da qualidade social que postula a reinvenção do lazer como um tempo e espaço no e pelo qual os homens poderão por em exercício lúdico toda sua potencialidade crítica, criadora e, acima de tudo, sócio-transformadora”.

Nessa chave, Gomes reitera que o lazer é um “campo possível de sensibilização, conhecimento e mobilização político-pedagógica em nossa sociedade, no sentido de compreendê-la para ajudar a torná-la mais humana e democrática”, onde “experiências críticas e criativas de lazer resistem à lógica excludente do capital, expõem as suas mazelas e descortinam novas possibilidades, pautadas em outros princípios e valores éticos”, que associados à dimensão humana, destacam seu caráter político-pedagógico,

de educação das sensibilidades e concepção do ser humano e da vida como uma totalidade (GOMES, 2008, p.10)¹².

De acordo com Padilha (2018, p.86), inspirada pela utopia marxiana, o ser emancipado é, dentre outras definições possíveis, “um sujeito coletivo que só pode realizar-se plenamente na convivência com os outros” e no reconhecimento de que as necessidades do outro são também as suas próprias, o que implica, em última instância, a superação e autonomia em relação às formas de dominação do capital.

Esse projeto não se realiza sem a participação política. Para Mascarenhas (2005, p. 162), ao destacar o espaço da participação ligada às políticas sociais e aos seus direitos, inclusive de lazer, a evidência na dimensão das condições subjetivas confere importância à ação política de sujeitos coletivos que, “mesmo dentro de uma estrutura social dada, podem jogar um peso importante na conquista de posições em reforço à luta hegemônica pelo estabelecimento de novos parâmetros para a organização das relações de poder e da vida comum”.

É também nesse aspecto que Elizalde (2010), ao propor reflexões sobre ressignificações do lazer em uma perspectiva contra-hegemônica e transformacional, aponta para seu potencial como aporte de mudança social, pois instiga um pensar crítico sobre o mundo em que vivemos, além de proporcionar novas formas de desfrute do tempo/espaço social que ampliem a capacidade humana na realização e implementação de ações comprometidas com a inclusão e a participação social, não como solução de

¹² Para Mascarenhas (2005, p. 177), a “pedagogia crítica do lazer” “materializa uma prática educativa que visa robustecer a resistência e a luta das classes populares alimentando-se de suas próprias experiências e tradições. Inscreve-se dentro de uma dinâmica cultural já existente como pedagogia que se propõe contribuir para que elas possam desenvolver – ou seja, expressar, valorizar, criticar, enriquecer, reformular, etc. – coletivamente suas formas de aprender e explicar a vida social, buscando valorizar as práticas e valores emancipatórios que brotam de sua cotidianidade”. Como exemplos do desenvolvimento desse caráter político-pedagógico do lazer, destacam-se a perspectiva de uma Educação para e pelo Lazer (MARCELLINO, 1987) da Animação Cultural (MELO, 2006) e da Lazerania (MASCARENHAS, 2005).

todos os problemas sociais atuais, mas que em conjunto com outros elementos pode ser um fenômeno que contribui para a necessária mudança de cosmovisões e paradigmas na busca de alternativas para a construção de novos mundos possíveis.

“Em tempos de pandemia e das “necessárias mudanças” que o agravamento da crise que já estava em curso suscitam, o conselho dado ao campo de estudos do lazer, pela professora norte-americana aposentada Diana Samdahl, em recente artigo intitulado “*Advice for Leisure Studies: Reflections on the Pandemic From a Retired Professor*, pode ser uma importante reflexão para todos nós.

Minha intenção era encerrar este ensaio com um apelo à mudança. Depois de apontar falhas sistêmicas em nossos sistemas sociais e observar como os professores estão correndo cada vez mais rápido na esteira, eu queria ungir vocês como soldados nessa batalha. Em um esboço anterior deste ensaio, escrevi: “Quem somos nós, o campo dos estudos e serviços de lazer, se não pudermos superar isso? Nós, de todos os campos, devemos entender que a resposta não vem de trabalhar mais duro dentro de sistemas que nos escravizam. Vamos lutar por uma sociedade onde todos tenham valor, não pela natureza de sua ocupação, mas pelo simples fato de sua existência. Vamos trabalhar em prol de uma cultura onde todos possam ter uma vida rica e plenamente vivida (SAMDAHL, 2020, p.5, tradução nossa)¹³.

Para muitos, é diante dos desafios de superação de crises que se abrem novas oportunidades. Então, não podemos desperdiçá-las no pós-pandemia. Assim como os movimentos sociais no final dos anos 1960, com a pauta das identidades, influenciaram significativamente os estudos do lazer (BRUNHS, 2009), também as crescentes experiências de organização coletiva em comunidades locais, ocupações de espaços públicos, protestos contra o neoliberalismo e ativismos sociais em defesa do “comum”

¹³ I had intended to end this essay with a call for change. After pointing out systemic failure in our social systems and observing how faculty are running faster and faster on the treadmill, I wanted to anoint you as soldiers in that battle. In an earlier draft of this essay I wrote: “Who are we, the field of leisure studies and services, if we cannot rise above this? We, of all fields, should understand that the answer does not come from working harder within systems that enslave us. Let’s fight for a society where everyone has value, not by nature of their employment but by the simple fact of their existence. Let’s work toward a culture where everyone can have a rich life fully lived (SAMDAHL, 2020, p.5).

podem, quem sabe, progressivamente fortalecer novas racionalidades, subjetividades, pautas e ações, a partir das quais o lazer não apenas reafirme a sua importância como necessidade humana e sua legitimidade como um direito social, mas também venha a assumir todo o seu potencial político.

Considerações Finais

Se a pandemia de coronavírus tem acelerado alguns processos, como no mundo do trabalho e *home office*, da comunicação e da informação no mundo digital, das alterações de poder geopolítico (em direção à China), e outros, por que não acelerarmos também as discussões e proposições em direção às reformas radicais tão necessárias para que a sociedade possa atender às necessidades fundamentais da vida e funcionar para todos, não ficando restrita à incorporação de desejos infinitos realizados como privilégios para poucos e à mercê dos desígnios do capital e do mercado?

Quando pensamos diante da crise instaurada pelo coronavírus em todas as dimensões da nossa vida cotidiana, é fundamental entendermos que as respostas dadas a essa crise dependerão dos valores compartilhados para moldar nossas visões de mundo, as mesmas que irão orientar nossas escolhas, não só no âmbito individual e dos limites entre o que é desejo e o que é necessidade, das nossas condutas e valores, mas para além da dimensão privada e individual, é preciso, urgentemente, construirmos uma visão de mundo mais coletiva, solidária, que prioriza o respeito pela natureza, a participação democrática e a busca pela vida em comum.

Dessa forma, ressaltamos a importância da dimensão da cultura e das práticas culturais não só para o universo do lazer e dos diálogos necessários para sua compreensão, mas para que também possamos reconhecer a importância da cultura como a principal dimensão da vida social onde se é possível florescer novos sentidos e sensibilidades,

novos racionalidades e subjetividades, para além da esfera econômica e do consumo como únicos caminhos possíveis para o nosso processo civilizatório, evidenciando a possibilidade para outros mundos possíveis, com força suficiente para influenciar novos desígnios políticos e uma nova ética tanto para o desenvolvimento e a economia, quanto para a vida em sociedade e em comunhão com a natureza.

A partir da compreensão de que o lazer e suas diferentes práticas e vivências, são também, em sua essência, culturais, ou seja, práticas ligadas a valores, sentidos e significados, inseridas em contextos específicos, nos quais tempos e espaços não hegemônicos devem não só serem reconhecidos, mas sobretudo, valorizados, assumimos a importância que a dimensão cultural propicia para a compreensão das nossas próprias formas de pensar e, conseqüentemente, de agir e de nos sentirmos vivos, que também podem se materializar como formas de ação e resistência para a constituição de todo o seu potencial político.

Somente com a valorização da dimensão cultural, da participação política e do cotidiano, no qual a educação assume um papel central, é que podemos vislumbrar mudanças de valores para direcionar nossas ações nos mais diversos campos, principalmente na direção de uma sociedade mais justa e menos desigual em todos os aspectos, na qual certos dilemas éticos que nos foram impostos no início dessa pandemia não precisem nem existir ou serem questionados, uma vez que os valores que serão escolhidos e disseminados para a necessária reconstrução mundial porvir, sejam pautados pela valorização da vida e de condições dignas de trabalho, moradia, saúde, educação, transporte, lazer e muitas outras, não como privilégio de poucos, mas que seja acessível a todos como “comuns” fundamentais.

Apesar do contexto de crise, que vejamos uma abertura para, a partir de tudo o que está acontecendo, refletirmos sobre o que pode ser feito de diferente daqui pra frente,

da abertura política para se pensar novas subjetividades, valores de vida e racionalidades para além do mercado como solução e do consumo como sinônimo de cidadania, mas de que vida nós realmente queremos ter e promover? De qual país nós realmente queremos construir? E no nosso campo mais específico, de qual sentido o lazer passa a ter para auxiliar nesse processo e de qual protagonismo ele pode ter a partir das nossas experiências cotidianas? Como evidenciado por Otoni (2020, p.180):

[...] o futuro sempre é incerto e limitado, logo a esperança é residente sempre na ação política, nas apostas feitas diante dos cenários possíveis. Nenhuma mudança social se dá de maneira estritamente espontânea. A história prova que as crises só estão acompanhadas de transformações profundas quando encontram forças sociais capazes de explorá-las como oportunidade.

Então, que o momento pós-pandemia não seja de adequações ao “novo normal”, mas que ele seja uma abertura de possibilidades e potencialidades para a construção de outro processo civilizatório, no qual a esperança para a construção de um mundo em comum se fortaleça em nossos espíritos e se converta em nossas ações, inclusive para o campo do lazer, especialmente no que se refere ao seu entendimento como uma necessidade fundamental, de seu potencial político e de suas possibilidades em direção a uma maior emancipação humana, para que possamos retomar o destino de nossas vidas e lazeres em nossas próprias mãos.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. El Buen Vivir, mas Allá del desarrollo. *In*: RAMOS, G. C. D. (org.) **Buena vida, buen vivir**: imaginarios alternativos para El bien común de La humanidad. México: UNAM, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias em Ciencias y Humanidades, 2014, p. 21-60. Disponível em: https://209.177.156.169/libreria_cm/archivos/pdf_1508.pdf. Acesso em: 03 set. 2018.

ANTUNES, R. O vilipêndio do coronavírus e o Imperativo de reinventar o Mundo. *In*: TOSTES, A.; MELO FILHO, H. (org.). **Quarentena**: reflexões sobre a pandemia e depois. Bauru: Canal 6, 2020. p. 181 – 188. Disponível em: <https://editorapraaxis.com.br/quarentena/>. Acesso em: 06 jun.2020.

BRUHNS, H. A crise do lazer moderno e concepções de corpo. **Licere**, v. 12, n. 4, 20 dez. 2009.

CARDOSO, W. Crise é oportunidade. In: TOSTES, A.; MELO FILHO, H. (org.). **Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois**. Bauru: Canal 6, 2020. p. 241-255. Disponível em: <https://editorap Praxis.com.br/quarentena/>. Acesso em: 06 jun.2020.

DARDOT, P.; LAVAL, C. Comum: um ensaio sobre a Revolução do Século 21. Trad. Renan Porto. **UniNômade**, nov. 2016. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/562765-o-comum-um-ensaio-sobre-a-revolucao-no-seculo-21>. Acesso em: 10 jun.2020.

_____; _____. **Comum: ensaio sobre a Revolução no Século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017. 647 p.

_____; _____. A prova política da pandemia. **Blog da Boitempo**. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2020/03/26/dardot-e-laval-a-prova-politica-da-pandemia/>. Acesso em: 26 jul. 2020.

DINIZ, E. Depois do Neoliberalismo: redistribuindo a articulação Estado e desenvolvimento no novo milênio. In: BOSCHI, R. (org.). **Variedades de Capitalismo e Desenvolvimento na América Latina**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001. p. 31-55.

ELIZALDE, R. Resignificación Del ocio: Aportes para um aprendizaje transformacional. **Revista Polis**, Santiago, v.9, n.25, p.437-460, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.cl/pdf/polis/v9n25/art26.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2014.

_____; GOMES, C. Ocio y recreación en América Latina: conceptos, abordajes y posibilidades de resignificación. **Polis** [En línea], 26 | 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/polis/64>. Acesso em: 14 jun. 2018.

ESCOBAR, A. **Encountering development**. The making and un making of the Third World. Princeton: Princeton University Press, 1995.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: W. SACHS (org.). **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. p. 59-83.

FERREIRA, A. A luta pela “verdadeira democracia” na produção do espaço: por outro projeto de sociedade. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. (org.). **Produção do espaço: emancipação social, o comum e a “verdadeira democracia”**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 23-53.

GOMES, C. Lazer urbano, contemporaneidade e educação das sensibilidades. **Revista Itinerarium** v.1, p. 1 -18. 2008. Disponível em: <https://www.seer.unirio.br/index.php/itinerarium>. Acesso em: 10 set. 2019.

_____. Lazer: Necessidade Humana e Dimensão da Cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. v.1, n.1, p.3-20, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://seer.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/327>. Acesso em: 14 jun. 2018.

_____; FALCÃO, D. Apresentação. In: GOMES; C.; FALCÃO, D. **Lazer e Territorialidades: tessituras sociais, culturais e políticas**. Belo Horizonte: Utopika Editorial, 2019. p.11-15.

GUDYNAS, E. El post desarrollo como critica y el Buen Vivir como alternativa. *In: RAMOS, G. C. D. (org.). Buena vida, buen vivir: imaginarios alternativos para el bien común de La humanidad.* México: UNAM, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias em Ciencias y Humanidades, 2014, p. 61–96. Disponível em: https://209.177.156.169/libreria_cm/archivos/pdf_1508.pdf. Acesso em: 03 set. 2018.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. *In: Journal of Natural Resources Policy Research*, v.13, 2009 (1968).

HARVEY, D. Política anticapitalista em tempos de coronavírus. **Blog da Boitempo.** Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2020/03/24/david-harvey-politica-anticapitalista-em-tempos-de-coronavirus/>. Acesso em: 01 ago 2020.

_____. **O Neoliberalismo** – história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001 (1968). 146 p.

MARCELLINO, N. **Lazer e Educação.** Campinas: Papirus, 1987.

MASCARENHAS, F. “Lazerania” também é conquista: tendências e desafios na era do mercado. **Movimento**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 73-90, maio/ago. 2004.

_____. **Entre o Ócio e o Negócio:** teses acerca de uma anatomia do lazer. 2005. 320 f. Tese (Doutorado em Educação Física). Universidade Estadual de Campinas.

_____. **Ideias:** Lazer e Sociedade: Cenários e Perspectivas (Live Sesc São Paulo). 22 de junho de 2020. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=e6TB-VPZ6QQ>. Acesso 24 jun. 2020.

MELO, V. **Animação cultural:** conceitos e propostas. Campinas: Papirus, 2006.

OSTROM, E. **Governing the commons:** the evolution of institutions for collective action. New York: Cambridge University Press, 1990. 280 p.

OTONI, P. Presente e Futuro: Sete Apontamentos. *In: TOSTES, A.; MELO FILHO, H. (org.). Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois.* Bauru: Canal 6, 2020. p. 171-180. Disponível em: <https://editorapraaxis.com.br/quarentena/>. Acesso em: 06 jun.2020.

PADILHA, W. Trabalho, tempo livre e consumo sob o manto da racionalidade do capital. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação SESC** (Perspectivas contemporâneas sobre ócio, lazer e tempo livre), 2018. p. 77 -89.

QUIJANO, A. Coloniality and modernity/rationality. **Cultural Studies**, V.21, n.2-3, p. 22-32. 2007.

SAFLATE, W. Bem-vindo ao Estado Suicidário. *In: TOSTES, A.; MELO FILHO, H.(org.). Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois.* Bauru: Canal 6, 2020. p. 227 - 234. Disponível em: <https://editorapraaxis.com.br/quarentena/>. Acesso em: 06 jun.2020.

SAMDAHL, D. Advice for Leisure Studies: Reflections on the Pandemic From a Retired Professor. **Leisure Sciences**, DOI:10.1080/01490400.2020.1774009. Acesso em: 06 ago.2020.

SANTOS, B. Vírus: tudo o que é sólido desmancha no ar. *In*: TOSTES, A.; MELO FILHO, H. (org.). **Quarentena**: reflexões sobre a pandemia e depois. Bauru: Canal 6, 2020. p. 45- 50. Disponível em: <https://editorapraxis.com.br/quarentena/>. Acesso em: 06 jun.2020.

STAVRIDES, S. The common, in, against, and beyond the Pandemic Crisis. **Common Notions**. New York, 28 abril, 2020. Blog. Disponível em: <https://www.commonnotions.org/blog/2020/4/28/the-common-in-against-and-beyond-the-pandemic-crisis-stavros-stavrides>. Acesso em: 06 jun. 2020.

Endereço da Autora:

Isabela Veloso Lopes Versiani
Universidade Estadual de Montes Claros
Departamento de Educação Física
Av. Prof. Rui Braga, S/N, Prédio 6. – Vila Mauricéia
Montes Claros – MG – 39.401-089
Endereço Eletrônico: isabelamoc@yahoo.com.br